

CRISE NO MOVIMENTO SINDICAL E A SOCIEDADE DO ESPETÁCULO LEGITIMADA PELOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA

Sara Regina Conceição Santos¹

"(...) em consequência da ação dos jornais, da televisão e dos outros meios de informação, o público sabe ou ignora, presta atenção ou descarta, realça ou negligencia elementos específicos dos cenários públicos. As pessoas têm tendência para incluir ou excluir dos seus próprios conhecimentos aquilo que o *mass media* incluem ou excluem do seu próprio conteúdo. Além disso, o público tende aquilo que esse conteúdo inclui uma importância que reflete de perto a ênfase atribuída pelos *mass media* aos acontecimentos, aos problemas, às pessoas." (PIMENTEL, 2009, apud WOLF, 2005, apud SHAW, 1994, p. 7)

Dentro de um contexto global em que o “Ser” é substituído pelo “Ter” a luta entre capital e trabalho inserido neste prisma sofre com o rompimento dos alicerces ideológicos da sua existência histórica marcada pela busca da classe trabalhadora por mudanças e rompimento com o sistema socioeconômico estabelecido, objetivando encontrar melhores condições de vida, a partir da luta entre capital e trabalho, intensificada na Revolução Industrial. O antigo ambiente em que o espírito revolucionário propiciou uma atmosfera voltada para a necessidade de organização do proletariado com o enfrentamento das questões relacionadas à exploração do trabalho e a concentração do lucro vem sofrendo com o atual esvaziamento do debate.

A finalidade, desta forma, é estabelecer os mecanismos pelos quais a crise no movimento sindical é potencializada pela falta de uma consciência crítica na formação atual da classe trabalhadora. Ativado pelos meios de comunicação de massa que reforça a sociedade do espetáculo “uma relação social entre pessoas, mediatizada por imagens” como afirma Debord, também marcada pelo imediatismo e referências ao consumo, a classe trabalhadora vivencia um contexto bastante difuso e distante dos antigos ideários do maio parisiense como nos apresenta Kurz.

"Um movimento que não tem sonhos não é mais um movimento. O sonho do Maio parisiense talvez tenha sido um daqueles de que já durante o seu curso somos incapazes de nos recordar; ele pode ter sido inconsequente e difuso, mas foi o sonho de uma outra vida, para além da estupidez econômica do mercado." (KURZ, Robert, 1996)

A luta entre capital e trabalho intensificada pela Revolução Industrial, propiciou um ambiente em que a necessidade de organização do proletariado se fez imprescindível para o enfrentamento das questões relacionadas à exploração do trabalho e a concentração do lucro. O desenvolvimento tecnológico e a associação deste com o aumento do desemprego dos operários resultou em ações de destruição das máquinas pelos operários, intitulado Ludismo, mas também possibilitou a criação de formas de associações sindicais, após a conquista do direito à livre

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Cidadania da Universidade Católica do Salvador – UCSal. E-mail: saramoby@yahoo.com.br.

associação em 1824, o que não extinguiu a repressão do Estado às primeiras organizações sindicais:

"É o período de proliferação das trade-unions (associações sindicais), que passaram a fixar e a negociar os salários e as horas de trabalho em todos os ramos industriais da Inglaterra, contribuindo para minimizar a concorrência e a luta isolada dos operários. As trade-unions sempre deflagravam greves quando o capitalista rejeitava SUS reivindicações econômicas e auxiliavam financeiramente, por meio das "Caixas de Resistência", os operários em greve ou desempregados." (MONTAÑO; DORIGUETTO, 2011, p. 228).

Na perspectiva internacional, o Manifesto do Partido Comunista de Marx e Engels, aponta para uma organização internacional dos trabalhadores, expressa no chamado: "Proletários de todos os países uni-vos". Dentro da experiência internacional, destaca-se A Primeira Internacional – Associação Internacional dos Trabalhadores (1864-1876), que englobava os partidos socialistas com discussões sobre "a transição ao socialismo e a socialização ou não da propriedade privada dos meios de produção" (MONTAÑO; DORIGUETTO, 2011, p.230). A Segunda Internacional (1889-1914), estruturada por Engels, após o falecimento de Marx em 1883, reunia partidos e sindicatos de todos os continentes com foco na emancipação dos operários, através da luta internacional constituída nos partidos de classe. A Terceira Internacional – Internacional Comunista (1919-1943) proporcionou uma ação voltada para a revolução socialista dentro do movimento sindical.

A internacionalização da luta dos trabalhadores permitiu a discussão dos problemas que afligia os operários em escala mundial, potencializando assim a luta, a partir do dado de que a classe trabalhadora estava estabelecida a partir da concepção de uma mesma identidade.

No Brasil, a composição da classe trabalhadora pode ser considerada a partir a República Velha com influência dos operários imigrantes europeus que já tinham experiência com as lutas sindicais. A década de 80 é marcada por mudanças estruturais no sindicalismo brasileiro, a exemplo da ampliação das lutas dos assalariados médios e a consolidação de associações sindicais e profissionais. A partir da década de 90 o movimento sindical mundial e nacional passa a enfrentar uma crise oriunda das grandes transformações no mundo do trabalho

Com o advento dos meios de comunicação de massa, intensificou-se a propagação de produtos nos mercados em escala global e a transformação de sujeitos em consumidores, a partir de estratégias que criam uma interdependência nas relações entre acúmulo do capital e o mercado consumidor. Assim, a comunicação vista como a força que dinamiza e excita a vida das pessoas e das sociedades, exerce papel de destaque na valorização dos elementos elencados como fundamentais na vida dos indivíduos, criando necessidades com base no mercado e legitimando aspectos outrora não priorizados socialmente. O segmento publicitário coloca em destaque o mercado, o que torna o foco dos indivíduos desmobilizados que buscam a ampliação do poder aquisitivo com a finalidade de ampliar o consumo.

Para Robert Kurz (1996):

Uma passagem da teoria da crise de Marx, retomada por Rosa Luxemburgo, se referia ao subconsumo das massas como fator de crise do próprio capital.

Principalmente desde a era fordista de um capitalismo abrangente, voltado à produção em massa altamente organizada, o poder de compra das massas é conditio sine qua non para uma bem-sucedida acumulação do capital. Se o poder de compra das massas é radicalmente pulverizado pelo desemprego em massa, pela redução dos benefícios sociais e pela retração dos serviços públicos ou dos investimentos estatais, então o que se põe em xeque não é somente a reprodução social, mas também a capacidade de existência e funcionamento econômico do próprio capitalismo. Mediante globalização econômico-empresarial, tal problema não é superado, mas somente globalizado ele próprio: nesse plano, ele retornará sobre o capital com fúria redobrada. Eis por que, já a médio prazo, o neoliberalismo monetarista é um programa suicida do modo de produção capitalista.

Assim, as idiossincrasias do sistema apresentada por Kurz (1996), são apontadas no momento em que o componente de geração de valor com substância, o trabalho passa a ser reiteradamente eliminado do processo de criação de valor e o dinheiro torna-se, de um meio de circulação, um fim em si mesmo como está demonstrado em “Os últimos combates”.

O “ganhar dinheiro”, essa atividade própria à burguesia, não foi questionado a sério pela maioria dos integrantes do movimento, isto é, não foi a perspectiva sócio-econômica, mas, na melhor das hipóteses, de forma metafórica e culturalista. Assim, o fato de o movimento de massas ter desaguado na instância parlamentar e no deplorável plano sindical de exigências de um “salário justo por um dia justo de trabalho” foi apenas o saldo de uma limitação imanente do próprio movimento. O “ganhar dinheiro”, essa atividade própria à burguesia, não foi questionado a sério pela maioria dos integrantes do movimento, isto é, não foi a perspectiva sócio-econômica, mas, na melhor das hipóteses, de forma metafórica e culturalista. Assim, o fato de o movimento de massas ter desaguado na instância parlamentar e no deplorável plano sindical de exigências de um “salário justo por um dia justo de trabalho” foi apenas o saldo de uma limitação imanente do próprio movimento.

A partir da Teoria da Agenda Setting, que estabelece o poder que os meios de comunicação exercem ao influenciar os indivíduos nos temas debatidos na sociedade, incluindo os elementos que aparecem na mídia, nas preocupações sociais, a classe trabalhadora, através dos elementos priorizados pelo movimento sindical, é influenciada pelo conteúdo estabelecido pelos meios de comunicação, ao estabelecerem que dentro da estrutura uma relação estreita do que é disseminado pelos meios de comunicação de massa e o que é seguido pela sociedade.

Noblat (2002, p.104) expressa que “jornal jamais é neutro, nem mesmo quando tenta fingir que é. O ato de publicar uma notícia e de desprezar outra é tudo menos um ato neutro. Nada tem de neutro o ato de destacar uma notícia e de resumir outra em poucas linhas.”.

Através de linhas editoriais que expressam o posicionamento ideológico das empresas de comunicação, os meios de comunicação de massa no século XXI legitimam a postura individualista e condenam processos de mobilização. No que refere-se ao movimento sindical, através de processos de greves, os programas jornalísticos rotulam tais ações pejorativamente de atos de vandalismo, entre outros termos que marginalizam posturas consideradas mais aguerridas.

Longe de serem ingênuos, como nos apresenta Boaventura, os meios de comunicação apresentam-se de forma fascinantes e preocupantes ao mesmo tempo, na medida em que são simples, fáceis, mas são ferramentas ideológicas utilizadas a favor do mercado. Do ponto de vista econômico, o que se configura é a estreita relação entre os detentores do capital e a mídia, já que a mesma é responsável em vender os produtos no jogo em que o índice da audiência é priorizado em detrimento a qualidade dos programas apresentados. Neste sentido, o patrocinador principalmente dos programas televisivos, representa a força que define os rumos do conteúdo apresentado.

O processo de desmobilização vivido principalmente no âmbito do movimento sindical configura-se como resquícios do processo de individualização na busca por maior poder aquisitivo como elemento vendido pelo mercado como aspecto necessário para a obtenção da qualidade de vida. Neste julgo, Kurz (1996) nos apresenta que “O conceito cínico de liberdade do liberalismo aconselha aos indivíduos tornar-se autônomos como mônadas da concorrência, obter sucesso individual ou empresarial, etc. e assim arrastar-se sob o eterno jugo do dinheiro”.

A crise enfrentada pelo movimento sindical tem relação direta com as imposições da globalização que modificou substancialmente os padrões de organização do trabalho, associada na hegemonia do neoliberalismo que resultaram a um processo desarticulação da mobilização e ações coletivas. Neste sentido Druck (1996, p.33), nos apresenta:

No que se refere ao conteúdo da crise dos sindicatos, destaca-se, primeiramente, que no interior do processo de radicalização das tendências do capitalismo globalizado/mundializado, os sindicatos são pressionados a cumprirem seu papel enquanto instituição da ordem capitalista, reforçando a sua atuação nos limites dessa ordem. Isto porque, a cultura sindical que se modifica está inscrita num contexto político extremamente desfavorável à classe trabalhadora em escala mundial. Vive-se um final de século em que a ideologia capitalista sai fortalecida, com vitórias importantes, expressas na efetiva implantação das políticas neoliberais.

Com a pauta voltada para o debate economicista, o movimento sindical deposita a pauta de reivindicação da classe trabalhadora para o debate voltado para a valorização do crescimento econômico sem levar em consideração temas como o desenvolvimento.

A partir do modelo de produção existente, em que o fetichismo da mercadoria que seguem seus próprios parâmetros de desenvolvimento na alteração da atividade humana do concreto para o abstrato e quantitativo conforme valor de troca, conforme sinaliza-se Kurz (1995, p.6), situa-se na mesma posição dogmática em “A Sociedade do Espetáculo” de Debord (2003) dentro do contexto de que ele não se configura como um complemento ao mundo verdadeiro. Debord (2003, p.16) estabelece o conceito, ao expressar

O conceito de espetáculo unifica e explica uma grande diversidade de fenômenos aparentes. As suas diversidades e contrastes são as aparências organizadas socialmente, que devem, elas próprias, serem reconhecidas na sua verdade geral. Considerado segundo os seus próprios termos, o espetáculo é a afirmação da aparência e a afirmação de toda a vida humana, socialmente falando, como simples aparência. Mas a crítica que atinge a verdade do

espetáculo descobre-o como a negação visível da vida; uma negação da vida que se tornou visível.

Entre os aspectos inerentes a mídia, ela se configura enquanto instrumento de poder, assume o papel de possibilitar ou mesmo impedir o surgimento de mudanças e não existem como forças isoladas. Neste contexto, os meios de comunicação de massa legitima a sociedade do espetáculo, na medida em que é utilizado como ferramenta de alienação. CAVALCANTI & SILVA (2011 p. 130), demonstram que:

O pressuposto básico é compreender que o sujeito histórico deixa de ser um elemento transformador para se tornar um torpe espectador da valorização abstrata do capital, do domínio monetário que se tornou dependente, visto que é, para lógica monetária, uma mercadoria, um sujeito contrário a ação. Por isso, as ideias difundidas para fazer frente aos movimentos em favor da regulamentação do capital e recrudescimento do Estado nas actividades económicas, um resgate do ideário Keynesiano para suplantar a crise mundial, são em realidade investidas contra os ditames neoliberais, não contraoisições alternativas para sobrelevar o poder do capital.

O excesso de publicidade e imagens midiáticas que bombardeia os indivíduos diariamente limita o acesso ao conhecimento a partir da superficialização do debate realizado no âmbito midiático, contribuindo com a falta de questionamento sobre as imposições do sistema capitalista. Através de adágios, Debord (2003) ao afirmar que toda a vida das sociedades nas quais reinam as modernas condições de produção se apresenta como uma imensa acumulação de espetáculos. Tudo o que era vivido diretamente tornou-se uma representação que demonstra a busca a negação da realidade, a partir da vivência de uma pseudo felicidade proporcionada a partir do consumismo tanto de imagens como das mercadorias. Boaventura (1996, p.51) destaca que “Assistimos ao sofrimento humano e sequer perdemos o sono. É necessário recuperar a capacidade de espanto e indignação dos indivíduos levando para as salas ode aula imagens que despertem paixão e emoção”.

Nesta sociedade do espetáculo busca-se a felicidade a qualquer preço e os meios de comunicação de massa cria a ideia de que é possível compra-la a partir dos produtos oferecidos pelo mercado. O esvaziamento dos indivíduos, a partir a lógica do capital e a própria inserção do movimento sindical neste contexto, sem o estabelecimento de uma crítica ao consumismo atinge o viés ideológico da classe trabalhadora. Neste sentido,

A partir da percepção do espetáculo, através dos diversos elementos que o cerca é possível compreender que este refere-se especialmente ao modelo de produção existente moldado com base no sistema capitalista. Para Debord (2003, p.1)

É o coração da irrealidade da sociedade real. Sob todas as suas formas particulares de informação ou propaganda, publicidade ou consumo direto do entretenimento, o espetáculo constitui o modelo presente da vida socialmente dominante. Ele é a afirmação onipresente da escolha já feita na produção, e no seu corolário – o consumo. A forma e o conteúdo do espetáculo são a justificação total das condições e dos fins do sistema existente. O espetáculo é também a presença permanente desta justificação, enquanto ocupação principal do tempo vivido fora da produção moderna.

A luz das esferas de atividade propostas por Havey (2011) sobre a trajetória do capitalismo, as novas tecnologias que subsidiam os meios de comunicação de massa passam a ter interferência direta sobre as novas formas de organização social, estabelecida com base no que é pautado na mídia, impactando de forma substancial as relações sociais que ao mesmo tempo em que tornam-se mais próximas, a partir principalmente do uso da internet, distanciam-se a medida em que perde-se o contato físico e as relações passam a ser mediadas pelo uso das máquinas, tornado-se frias e pragmáticas.

Na medida em que nenhuma esfera é dominante em relação as demais e apresentam-se de forma independente, é significativo o fato de que em determinados períodos histórico é possível que uma esfera tenha destaque em relação as demais. No mundo altamente globalizado é perceptível a evolução destas a partir da influencia mutua com as diligências do sistema capitalista. Vale ressaltar que dentro do contexto dos meios de comunicação de massa, as concepções mentais do mundo são estabelecidas pelos elementos que são veiculados e passam a ser o foco da sociedade.

Uma mídia estabelecida a favor do mercado é responsável em disseminar concepções de ordem econômica em que os sujeitos estabelecem sua relação com a sociedade, a partir do consumo. Muda-se as relações com a natureza e a mesma passa a ser percebida como mais um bem de consumo, fato percebido, no caso do Brasil, principalmente pela atual demanda imobiliária que passa a ter a natureza como elemento de venda em condomínios residenciais em que pedaços fragmentados de mata são colocados como uma solução para o atual cenário de degradação ambiental.

O homem é um ser integrante da natureza, mas ao longo dos anos foi distanciando-se da mesma e a sua relação com o meio ambiente passou a ser marcado pela utilização dos recursos ambientais de forma exploratória. A partir do desenvolvimento das novas tecnologias temos paradoxalmente a associação desta com um processo de degradação da natureza.

"A realidade econômica supera e se impõe sobre os ditames da própria vida. As referências para realizar o Desenvolvimento Sustentável, seguindo a lógica da economia empresarial, são apenas maneiras dispersas de ocultar problemas de ordem estrutural do capital. Exemplos históricos abundam. Desde o "Relatório do Clube de Roma" (1968), que aborda os limites do crescimento econômico e a degradação ambiental resultante, até os mais recentes apelos dos Estados Nacionais que criam ministérios e subdivisões públicas para regulamentarem a utilização racional dos recursos; ou até incentivam a criação mundial de um imposto ecológico relevando que os Estados, entendidos como unidades políticas, são nacionais, mas a concorrência é global." (CAVALCANTI; SILVA, 2011, p.136)

Na busca de uma nova perspectiva é possível perceber o papel da educação como mecanismo de desenvolvimento de uma consciência crítica do movimento sindical, na medida em que a educação pode ser transformadora. Dentro do paradoxo da modernidade estabelecida por Kurz (1997, p 140) em Os Perdedores Globais "...a globalização, podemos concluir, retira do Estado os meios imprescindíveis para o desenvolvimento da própria globalização.

A partir das intensas transformações que ocorrem no mundo do trabalho, em que ganha relevo as novas formas de produção e relação profissional, a exemplo dos processos de

terceirização e a pejetização, que visa transformar trabalhadores em pessoas jurídicas, rompendo com antigas concepções e identidade de classe dentro da relação entre capital e trabalho, o movimento sindical enfrenta intenso processo de crise e desmobilização das diversas categorias. Fatores como desemprego e a valorização do capital, contribuem para a mudança de foco da organização sindical que visa se compor dentro do sistema, ao invés do estabelecimento de uma crítica as imposições estabelecidas pelo capitalismo. Como nos apresenta Druck (2002, p. 32/33)

Assim, a fragmentação e o dismantelamento dos coletivos de trabalhadores, que colocam em xeque a unidade fabril ou a cultura fabril, desencadeia um processo de individualização dos trabalhadores, levando a uma crescente perda de identidade coletiva e de classe. Isto se torna mais visível com a difusão da terceirização ou subcontratação para todos os tipos de trabalho, juntamente com a desregulamentação do mercado de trabalho.

Neste sentido, o capital utiliza de estratégias para a manutenção do sistema como nos aponta Harvey (2010 p.57/58):

No decorrer do tempo, os capitalistas tem procurado controlar o trabalho, colocando trabalhadores individuais em concorrência uns com os outros para os postos de trabalho em oferta. A força de trabalho potencial tem gênero, raça, etnia e tribo ou se divide pela língua, política, orientação sexual e crença religiosa, e tais diferenças emergem como fundamentais para o funcionamento do mercado de trabalho. Tornam-se ferramentas por meio das quais os capitalistas administram a oferta de trabalho em conjunto com os setores privilegiados da força de trabalho que usam o racismo e o machismo para minimizar a competição. A história da acumulação primitiva implicou a produção de títulos de superioridade “natural” e, portanto, baseadas na biologia, que legitimou as formas de poder hierárquico e de classe em face das alegações religiosas ou seculares do status de igualdade perante os olhos de Deus ou do Estado (a Revolução Francesa e Estadunidense). Ao longo de sua historia, o capital não foi de maneira nenhuma relutante em explorar, se não promover, fragmentações, e os próprios trabalhadores lutam para definir meios de ação coletiva que muitas vezes se defrontam com os limites das identidades étnicas, religiosas, raciais ou de gênero. De fato, nos EUA nos anos 1950 e 1960, as organizações de trabalho procuraram reduzir a concorrência nos mercados de trabalho pela imposição de exclusões baseadas em raça e gênero.

Na concepção de Druk (2002), inerente a esta problemática, o processo de globalização é responsável por toda a reestruturação produtiva no âmbito da produção e do trabalho, operando mudanças indispensáveis a atual fase histórica do capitalismo. No debate sobre a influencia da globalização nas comunicações.

O sistema capitalista adota o espetáculo como mecanismo de alienação dos indivíduos e dentro deste contexto a classe trabalhadora é ludibriada com a possibilidade de alcançar melhores condições de vida a partir do trabalho, mesmo que este esteja associado a processos degradantes, a exemplo de extensas jornadas e condições insalubres. Dentro deste contexto, a atual pauta de reivindicações estabelecida pelo movimento sindical, expressa a luta por emprego e mais e melhores salários, adotando o dinheiro como elemento principal na sociedade.

Diante das constantes ameaças de desemprego, o movimento sindical molda-se as exigências do capitalismo e com estratégias restritas somente a manutenção dos empregos, passa a permitir uma maior flexibilização do trabalho, a partir de retrocessos em avanços históricos para garantir a inserção da classe trabalhadora no sistema estabelecido. A partir desse viés, Kurtz estabelece uma crítica a essas concepções metodológicas adotadas atualmente em acordos trabalhistas estabelecidos, citando como exemplo o da Volkswagen na Alemanha. Segundo Kurtz (1996):

É significativo que o Acordo Trabalhista, no propósito de substituir a redução da jornada de trabalho como perspectiva sociopolítica, tenha elegido, além da promessa de comedimento nas futuras negociações salariais, sobretudo a aceitação de "salários de ingresso" abaixo do piso para pessoas que há muito se acham desempregadas e a redução dos benefícios sociais. Isso representa sob muitos aspectos o rompimento de um dique. Para os desempregados, equivale a uma insolente impertinência: *salário parcial em contrapartida à jornada integral de trabalho*. Em vez do maior tempo disponível, que ao menos , potencialmente poderia ser utilizado para alternativas econômicas, sociais e culturais, ao trabalho assalariado e para uma crítica da economia de mercado, o "ingresso" no *apartheid* social e na escravidão econômica dos baixos salários, a fim de "obter licença" para se esfalfar até a última gota por objectivos imbecis ou que são uma ameaça à comunidade. Não admira que a imprensa econômica neoliberal tenha louvado esse "passo adiante" na ocasião em que o Acordo Trabalhista recebeu a bênção do chanceler Kohl:

A relação dos movimentos sociais em pauta, através da presença dos sindicatos podem ser estabelecidos a partir de uma visão crítica, a partir de processos em que o processo de educação esteja inserido, já que a mesma pode ser transformadora desde que livre dos adornos fetichistas e alienadores. A natureza dos sindicatos para auxiliar no processo de conscientização de classe e, deste modo, superar as cadeias da alienação tem como ferramenta elementar o processo de educação. Neste contexto, Cavalcanti and Silva (211 p.151), estabelecem:

A teoria da crítica orienta, no contexto de uma profunda reestruturação da vida cotidiana, o dissipar da névoa que encobre uma outra perspectiva para além do Estado e do fetiche do capital. Propõe e incita os atores sociais a assumirem o comando de seus destinos e formas de socialização sem subterfúgios externos que se voltam contra o criador e perpetuam a sociedade do espectáculo.

Assim, a partir de uma consciência crítica, é possível localizar as contradições existentes entre os interesses dos proprietários dos veículos de comunicação, ao tempo em que a partir da busca da totalidade percebe-se os elementos que foram editados e que são disseminados pelos veículos em prol de determinados objetivos, em sua maioria, estabelecido a partir do sistema econômico dominante.

Neste empreendimento, a teoria crítica, se faz presente e aponta o norte, para a "globalização de uma nova crítica social", não concedendo espaços para o pensamento único, mas sobretudo buscando, à luz do desafio e da carga do tempo histórico, como sugere István Mészáros, alternativas não alienadas acerca das virtudes absolutas da gestão do moderno sistema produtor de mercadorias e, por suposto, do fetiche do capital. (CAVALCANTI; SILVA, p.140).

A partir da retomada dos antigos sonhos de transformações sociais, a partir da utopia, com o estabelecimento de uma crítica aos processos impostos pelo sistema capitalista, tendo em vista a corroboração da Sociedade do Espetáculo para a sua manutenção, é possível através da educação que a classe trabalhadora retome as rédeas, reconsiderando a importância do debate sobre a utopia a partir da esperança.

REFERÊNCIAS

CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro Simon; SILVA, Antônio Carlos da. **Crise Global: Reflexões sobre a Sociedade do Espetáculo ao Ritmo do Capital**. Portuguese Studies Review, nº18, 2011, 129 - 151

HARVEY, David. **Enigma do Capital e as Crises do Capitalismo**. São Paulo: Bomtempo. 2010.

DEBORD, Guy. **A Sociedade do Espetáculo**. São Paulo: Projeto Periferia. 2003.

DURCK, Graça. **Globalização, Reestruturação Produtiva e Movimento Sindical**. CADERNO CRH, Salvador, n.24/25, p.21-40, jan./dez. 1996.

NOBLAT, Ricardo. **A Arte de Fazer um Jornal Diário**. São Paulo: Contexto. 2002.

PIMENTEL, Tatiane Dias. Televisão, Internet e a Hipótese do Agendamento: É possível subverter a ordem midiática? **III Encontro de Pesquisa em Comunicação e Cidadania**, Goiânia, 10 a 12 de novembro 2009.

KURZ, Robert. O fim da Economia nacional (Perdedores Globais). Disponível em <http://obeco.planetaclix.pt/rkurz39.htm>. Acesso em 08 de maio de 2014.

Os últimos combates: o maio parisiense de 1968, o dezembro parisiense de 1995 e o recente acordo trabalhista alemão. In: _____. **Os últimos combates**. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 1996. p.289-342.

Boaventura Souza Santos, F. S. P. 15/3/98. Versão dos Jornalistas, Ano VII, fevereiro de 2002, p. 11. <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/a-sociedade-do-espetaculo>